Ata n.º 2

Procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior, conforme caraterização no mapa de pessoal da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, na Divisão de Organização da Produção (DOP), na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado

Aos sete dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, o júri designado por despacho do Diretor Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, datado de 25 de janeiro do mesmo ano, retomou os trabalhos relativos ao procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho do mapa de pessoal da DRAPLVT, na carreira e categoria de técnico superior, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, restrito a trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado.

Tomaram parte nas presentes deliberações os seguintes elementos do júri:

Presidente: Ana Maria Gonçalves de Oliveira Rodrigues Faustino Arsénio, Diretora de Serviços de Desenvolvimento Agroalimentar e Rural;
1ª Vogal Efetiva: Ana Rita Claudino Correia, Chefe de Divisão de Organização da Produção, que substituirá a Presidente do júri nas suas faltas e impedimentos;
2º Vogal Efetivo: Rui Manuel Gonçalves Paulo, técnico superior da Divisão de Planeamento e Gestão de Recursos Humanos (enquanto representante dos Recursos Humanos).

A Presidente do júri deu início à reunião, propondo a seguinte ordem de trabalhos, que foi aceite por unanimidade:

I. **Análise das candidaturas**
II. **Deliberação sobre a admissão ou exclusão dos candidatos a concurso**
III. **Decisão sobre os métodos de seleção obrigatórios a aplicar**
IV. **Elaboração da prova de conhecimentos**
V. **Marcação da data dos métodos de seleção**
VI. **Regras sobre o material de consulta a utilizar durante a prova**
VII. **Notificação aos candidatos**

I. Análise das candidaturas

1. O júri verificou que se apresentaram a concurso 3 candidatos a seguir identificados:
   - Cátia Sofia Cid Passos
   - Nelson Manuel Figueiredo Arraiolos
   - Sílvia Rute de Freitas Félix

2. O júri procedeu à análise das candidaturas ao abrigo da legislação em vigor, nomeadamente dos artigos 34.º e 35.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, abreviadamente designada por LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, dos artigos 19.º e 20.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, alterada e republicada pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro, e da Oferta de Emprego OE202202/0442, publicitada na Bolsa de Emprego Público no dia 15 de fevereiro de 2022.

II. Deliberar sobre a admissão ou exclusão dos candidatos a concurso

1. Relativamente ao ponto n.º 2 da ordem de trabalhos o júri, depois de analisar os processos de candidatura em cotejo com a oferta de emprego e demais legislação, deliberou admitir ao presente procedimento os candidatos a seguir identificados:
   - Cátia Sofia Cid Passos
   - Nelson Manuel Figueiredo Arraiolos

- Sílvia Rute de Freitas Félix

III. Decisão sobre os métodos de seleção obrigatórios a aplicar

Aos candidatos admitidos ao presente procedimento concursal, verificou-se que os mesmos não se encontram a executar as competências e atividades caraterizadoras do posto de trabalho em causa, pelo que, e conforme disposto na alínea a) do número 1 do artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e na Oferta de Emprego com o código: OE202202/0442, serão aplicados como métodos de seleção, a Prova de Conhecimentos (PC) e a Entrevista de Avaliação (EA), num único momento, nos termos do artigo 7.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, na redação atual.

IV. Elaboração da prova de conhecimentos

Foi elaborada a prova de conhecimentos e a respetiva grelha de correção.

V. Marcação da data dos métodos de seleção

O júri deliberou marcar os métodos de seleção para o dia 22 de março de 2022, pelas 10H00 para a Prova de Conhecimentos (PC) e pelas 14H30 para a Entrevista de Avaliação (EA), nas instalações da DRAPLVT, na Quinta das Oliveiras Estrada Nacional 3, 2000-471 Santarém.

A Divisão de Planeamento e Gestão de Recursos Humanos irá designar dois elementos para supervisionar a referida prova de conhecimentos.

VI. Regras sobre o material de consulta a utilizar durante a prova

O júri deliberou que não pode ser utilizado qualquer meio eletrónico durante a sua realização. Desta decisão deve ser dado conhecimento aos candidatos aquando da notificação da data da prova e da entrevista.

VII. Notificações aos candidatos

Ao abrigo da alínea c) do número 1 do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) conjugado com a alínea a) do artigo 10.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, na redação atual, deliberou o júri promover a notificação de todos os candidatos, através de correio eletrónico com recibo de entrega da notificação, informando da disponibilização da presente ata na página eletrónica da DRAPLVT.

Todas as deliberações desta reunião foram tomadas por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi elaborada a presente ata que vai ser assinada por todos os membros do júri.

Presidente

Ana Maria Gonçalves de Oliveira Rodrigues Faustino Arsénio

1ª Vogal Efetiva

Ana Rita Claudino Correia

Ana Rita Claudino Correia

2º Vogal Efetivo

Rui Manuel Gonçalves Paulo